



CRISES DO CAPITAL E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO

Ramon do Nascimento Rodrigues¹

Raquel Cavalcante Soares²

Wilciane de Sousa Reis³

RESUMO

Este artigo analisou por meio da pesquisa bibliográfica, como os autores da teoria crítica compreendem as transformações da categoria trabalho a partir das crises do capital de 1970 e da crise financeira mundial de 2007 e 2008. Foi utilizado dados estatísticos para corroborar com as ideias expostas. Partindo do geral ao particular elencou ainda, de forma específica, quais foram as consequências das crises do capital sobre o mundo do trabalho no contexto brasileiro. Ele é dividido em três partes: O trabalho ontológico, que argumenta sob a base marxista, como essa categoria é o elemento fundante do ser social. A segunda parte se refere às transformações do trabalho na sociedade de classes capitalista. O terceiro e último momento do artigo explora as crises do capital e as transformações do trabalho brasileiro. A pesquisa concluiu que ao longo do tempo o capital se reconfigurou nos momentos de crise, alterando a configuração do trabalho e retirando direitos. No Brasil, as consequências da crise de 2008 aparecem tardiamente e causaram turbulências sociais políticas e econômicas.

Palavras-chave: Crise do capital, Trabalho, Transformações Societárias.

RESUMEN

Este artículo analizó, a través de una investigación bibliográfica, cómo los autores de la teoría crítica entienden las transformaciones de la categoría laboral desde las crisis de capital de los años 70 y la crisis financiera global de 2007 y 2008. Se utilizaron datos estadísticos para corroborar las ideas presentadas. Partiendo de lo general a lo particular, también enumeró, de manera específica, cuáles fueron las consecuencias de las crisis de capital en el mundo del trabajo en el contexto brasileño. Se divide en tres partes: La obra ontológica, que argumenta sobre una base marxista, ya que esta categoría es el elemento fundacional del ser social. La segunda parte se refiere a las transformaciones del trabajo en la sociedad de clases capitalista. El tercer y último momento del artículo explora las crisis del capital y las transformaciones del trabajo brasileño. La investigación concluyó que, con el tiempo, el capital se reconfiguró en tiempos de crisis, cambiando la configuración del trabajo y quitando derechos. En Brasil, las consecuencias de la crisis de 2008 parecen tardías y provocaron disturbios sociales, políticos y económicos.

Palabras clave: Crisis de capital, Trabaja, Transformaciones corporativas.

¹ Graduado em Serviço Social, Mestrando em Geografia pela Universidade Vale do Acaraú, Analista de Políticas Públicas Sociais da Prefeitura Municipal de Sobral-Ce, [.ramonrodrigues@sobral.ce.gov.br](mailto:ramonrodrigues@sobral.ce.gov.br)

² Graduada em Geografia, Mestre em Geografia, Doutoranda em Ciências Marinhas Tropicais pela Universidade do Ceará, Professora do Centro Universitário UNINTA.
raquelcavalcantesoares@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social, Analista de Políticas Públicas Sociais da Prefeitura Municipal de Sobral-Ce, wilcianereis@sobral.ce.gov.br



INTRODUÇÃO.

Diante das crises do capital, altera-se a configuração do trabalho urbano de uma forma geral. A manutenção da acumulação capitalista exponencial, perpassa pelo surgimento de novas formas de extração de mais valia, seja pela precarização das formas de trabalho já existentes, pelo aumento do desemprego ou pela criação de novos trabalhos por plataformas de serviços online.

Essas configurações contemporâneas (formas de trabalho, precarização, aumento da jornada de trabalho, desemprego estrutural, novas ideologias, rebaixamento de salários, modificação nas legislações do trabalho) atingem parcelas da sociedade de forma diversificada, contribuindo para que essas parcelas produzam e reproduzam o espaço de forma variada.

Apresentamos como justificativa da pesquisa realizada a suma importância de tal discussão na contemporaneidade, para desvelar a nova configuração do trabalho na luta de classes. Analisamos as transformações na dinâmica socioespacial destacando a centralidade da categoria trabalho a partir do que é discutido na bibliografia temática.

Esse artigo surgiu como fruto de estudos sistemáticos sobre o mundo do trabalho, orientado sob o método histórico crítico dialético. Surgiu ainda da necessidade de se pesquisar a condição de trabalho específica das novas dinâmicas dos territórios, a economia política, a produção e reprodução das relações sociais da força de trabalho. A luz da ciência desempenhará o papel de divulgar os resultados obtidos nessa pesquisa com a comunidade em geral.

O objetivo principal desse estudo foi analisar, por meio da pesquisa bibliográfica como os autores da teoria crítica compreendem, as transformações da categoria trabalho, a partir das crises do capital de 1970 e de 2007/2008 na escala mundial. Elencar ainda, de forma específica, quais as consequências das crises do capital sobre o mundo do trabalho no contexto brasileiro.

METODOLOGIA.

Dada a sua natureza, a pesquisa se ancorou nos pressupostos da metodologia qualitativa, conforme explica Minayo et al (2007) a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. “Ela trabalha com



o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO et al, 2007, p.21).

Para coleta de dados e alcance dos objetivos, a investigação se utilizou da técnica de revisão de literatura, definida por Gil (2008) como uma pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo utilizada para revisão de bibliografia e pesquisas anteriores sobre o tema abordado, referenciando para os devidos fins.

Foi realizada também uma coleta de dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que organiza diversas informações sobre trabalho e renda no país. Foi retirado um gráfico do site pertencente a uma série histórica que analisa o índice de ocupação no Brasil, entre os anos de 2012 a 2021.

Assim, a pesquisa realizou uma análise bibliográfica, também pautada em dados estatísticos, dos autores da teoria social crítica que discutem a categoria trabalho na sua dimensão ontológica e a condição alienada e precarizada dentro da sociedade capitalista, sobretudo a partir das crises.

REFERENCIAL TEÓRICO.

Conforme realizada a pesquisa bibliográfica, foi possível adentrar o universo das discussões do trabalho, compreendendo essa categoria na ontologia do ser social, e ainda como fora apropriada pelo modo de produção do capital. A bibliografia pesquisada corrobora com a ideia de que as crises afetam a configuração do trabalho, para tentar manter a reprodução do capital.

A pesquisa se ancorou na explicitação do que se entende por trabalho na concepção crítica, buscando as definições da categoria no seu sentido ontológico. Posteriormente, como a categoria se transforma na sociedade de classes, originando a desigualdade social. Para tanto, foram utilizados autores como Sergio Lessa.

Em um segundo momento é abordado o trabalho já imerso nas relações do sistema capitalista, como os efeitos das crises contemporâneas modificaram essa categoria ao longo do tempo.

A ênfase dessa pesquisa está nas transformações no mundo do trabalho, na crise estrutural do capital e reestruturação produtiva de 1970 e ainda na crise de 2007/2008. Os



autores que contribuíram para essa discussão foram: David Harvey; Ricardo Antunes; José Paulo Netto; Botelho; Boito Jr.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

1. O trabalho ontológico.

Em Luckács, explica Lessa (2012), pautado sob a tradição crítica, o trabalho surge como fruto da teleologia, finalidade, e do processo objetivação e exteriorização. Diante disso, o trabalho se caracteriza como o ato de transformação da natureza praticado pela humanidade, afim de satisfazer as necessidades materiais. O Ser Social apenas se caracteriza como ser humano a partir do momento que trabalha.

Na sociedade de classes ocorre a apropriação e exploração da força de trabalho humana gerando fundamentalmente a desigualdade social. Nesse sentido, o trabalho é a esfera necessária do desenvolvimento humano e diferenciação ontológica do Ser Social e de toda a natureza. Na sociedade do capital, esse trabalho adquire características de mercadoria.

Lessa (2012) aponta que o trabalho no capitalismo é a única mercadoria capaz de gerar valor ao ser consumida. Ao vender a sua força de trabalho os indivíduos geram valor que é apropriado pela classe social dominante que detém os meios de produção.

As leis da economia capitalista e a luta de classes regulam as relações de produção e consumo, aumento ou diminuição da exploração, maior ou menor taxas de mais-valia constante ou relativa, índices de oferta e demanda.

Nota-se que, ao longo do tempo, ocorre um desequilíbrio nessas relações que afeta o sistema demonstrando a impossibilidade de manutenção da taxa de lucros e obrigando-o a se reconfigurar. O impacto da crise sistêmica se espalha em todos os setores provocando uma reação generalizada na cadeia produtiva. As fábricas fecham, o crédito diminui, o desemprego aumenta e inicia-se um ciclo de contenção de recursos e rebaixamento de salários para a sua superação.

Os economistas clássicos se debruçaram sobre esses processos, ainda no início do século XIX, justificando quase que como o mal necessário à sobrevivência do sistema e desenvolvimento social. Em Adam Smith, por exemplo, a “mão invisível” regula essas relações capitalistas e o Estado funciona apenas para garantir que o mercado atue livremente ou para a defesa dos territórios nacionais que se formavam. A crise é vista como uma oportunidade de crescimento e regulação do sistema.



Marx (2017) aponta que essas crises cíclicas vão se tornando mais comuns em cada vez menos tempo. Assim, na formulação das leis tendenciais ele aponta que o capital, para sobreviver, passa por crises em seu interior. Nesse período, a luta de classes se acirra, a disputa por hegemonia se abre no espaço do campo político.

Em linhas gerais, a crise ocorre pelo fato inexorável do capital se expandir substituindo a mais-valia relativa por mais-valia absoluta diminuindo, assim, o lastro material de sua produção. Em outras palavras, o avanço do capital provoca a substituição dos trabalhadores por máquinas aumentando a produção, mas diminuindo a possibilidade de extração de mais-valia direta e expropriação do trabalho humano. Para equilibrar a balança, o capital aumenta a sobrecarga de trabalho para o restante dos trabalhadores e impõe diminuição dos seus salários.

Para Meszáros (2011), o capital é um sistema socio metabólico de produção e reprodução material, de relações sociais e de consciência que possui dentro de si a semente das crises cíclicas. As crises estão ligadas a queda tendencial da taxa de lucro e essa resulta de uma maior composição orgânica do capital.

2. Crises e transformações societárias.

Com a chamada crise estrutural emergem os sinais de esgotamento do *Welfare State* (Estado de bem-estar social) no início da década de 1970, que se espalha em todos os setores da sociedade e tem como fundamento, a falência dos índices de acumulação de capital.

Para conter a crise, o capital se reestrutura produtivamente, desloca o trabalho vivo para o trabalho morto, muda a proporção de funções desempenhadas pela força de trabalho no processo de valorização (trabalho polivalente), ocorre o aumento de investimento em equipamentos, a diminuição do período de rotação e a vida útil mais curta do capital fixo.

Netto (1996) aponta que essas transformações societárias ocorreram no âmbito do Estado, da economia, do mundo do trabalho, da ideologia e na cultura dominante. Sendo assim, os Estados nacionais europeus, iniciam o processo de desmonte do *Welfare State*, promovendo uma política de austeridade orientada pelos organismos multilaterais como os grandes bancos internacionais.

Harvey (2008) salienta que a partir dessa crise do capital surgiram novas maneiras de experimentar o tempo e o espaço, surgem modos mais flexíveis de acumulação, o que se consubstancia com a formação de uma condição pós-moderna. O autor (2008) postula o



movimento pós-moderno como sendo um movimento da acumulação flexível do capital contemporâneo. Assim afirma:

[...] o pós-modernismo com sua ênfase na efemeridade da jouissance sua insistência na impenetrabilidade do outro, sua concentração antes no texto que na obra, sua inclinação pela desconstrução que beira o nihilismo, sua preferência pela estética em vez da ética, leva as coisas longe demais. Ele as conduz para além do ponto em que acaba a política coerente enquanto a corrente que busca uma acomodação pacífica com o mercado o envereda firmemente pelo caminho de uma cultura empreendedora que é o marco do neoconservadorismo reacionário. A retórica pós-moderna é perigosa, já que evita o enfrentamento da realidade da economia política e das circunstâncias do poder global. (HARVEY, 2008. p. 111-112).

O pós-moderno, tratado aqui como a lógica cultural contemporânea do capitalismo, na sua condição efêmera, descartável, caricata, tenta a todo custo negar a razão moderna abraçando a irracionalidade. É, portanto, fruto em última instância, das transformações societárias pós-crise estrutural do capital.

Essa nova conjuntura tem como pano de fundo o surgimento do capital financeiro, forma de capital que se difere das formas anteriores por ser imensamente volátil na medida em que o fluxo de capital não é fixo, nem em quantia monetária especulada, nem em lugar específico. Em outras palavras, os montantes financeiros (na sua grande maioria frutos de especulação futurista e imaterial) não são estáveis ou estáticos no mundo, transitam pelo globo com imensa facilidade.

Sendo assim, forja-se no seio social uma nova concepção de mundo, as relações sociais adquirem aspectos voláteis e fluidos acompanhando o movimento dos mercados mundiais. Em verdade, o crescimento exponencial do capital passa a ser sustentado por especulação de uma ideologia consumista e alienante em constante crise.

Botelho (2018) assim elenca as sucessivas crises posteriores a 1970:

a crise da “nova economia”, depois de uma bolha nas ações de empresas de internet e tecnologia (2000); a crise asiática, provocada pelo endividamento acelerado de vários países daquele continente (1997), que foi seguida pela crise da dívida russa (1998); a crise do México, derivada de déficits em conta corrente (1994); o ingresso da economia japonesa num longo período de recessão, chamado de “década perdida do Japão” (1991); a outra “década perdida” que afetou boa parte da América Latina superendividada (anos 1980); os choques do petróleo na década de 1970; o fim do regime de câmbio fixo e o rompimento do lastro em ouro pelos Estados Unidos (1971). (BOTELHO, 2018, p. 159)

É nesse contexto que as possibilidades de expansão exponencial do capital são esgotadas, dando margem ao surgimento de sucessivas crises contemporâneas que evidenciam a latente impossibilidade do ciclo de ascensão.



Sobre a crise de 2007-2008, Botelho (2018) afirma que foi deflagrada inicialmente nos mercados imobiliários de hipotecas subprime americanas e se espalhou para o mercado financeiro mundial, desencadeando impactos assombrosos não apenas nas relações conjunturais, mas também na vida cotidiana dos indivíduos.

Em linhas gerais, os possuidores de imóveis foram incentivados a operar no mercado financeiro utilizando seu imóvel como penhora hipotecária. A linha de crédito se estendeu ao máximo, e os juros ao longo do tempo foram subindo vertiginosamente.

Ao passo que os indivíduos não conseguiam pagar as linhas de crédito com juros exorbitantes, se endividavam, e os bancos executavam as hipotecas gerando uma reação em cadeia e milhares de ordens de despejo nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, no nível do mercado financeiro mundial as dívidas eram negociadas como ações, passando de credor a credor, sem a clareza do seu lastro material, ou seja, se os titulares iriam pagá-las.

De acordo com o autor a crise se configurou com a “deflação de ativos financeiros, liquidação hipotecária e despejos imobiliários, déficit fiscal e amplitude de contágio.” (BOTELHO, 2018, p. 158). As instituições bancárias sofreram o impacto financeiro e recorreram aos Estados nacionais para providenciar o socorro emergencial.

Ainda em 2008, o congresso americano, pressionado por lobistas do *Wall Street*, aprovou um pacote inicial de resgate aos bancos que previa o uso de US\$ 700 bilhões de dólares em dinheiro público. A pesquisa de Botelho (2018) aponta que desde o início da crise até 2013, o *Federal Reserve* americano já havia injetado aproximadamente 2,3 trilhões de dólares para os pacotes de salvamento dos bancos.

O plano era os bancos centrais injetarem quantias monetárias nas outras instituições financeiras para movimentar a economia. Entretanto, a junção de crises sucessivas em inúmeros segmentos da sociedade - trabalho, Estado, crise do dinheiro - faz Botelho concluir que o capitalismo contemporâneo vivencia um colapso geral.

3. O contexto brasileiro.

Em relação ao Brasil, as consequências do colapso geral são incorporadas tardiamente, tanto por razões internas de configurações de forças sociais e políticas atuantes no território nacional, como por mecanismos de funcionamento hierárquico do próprio capital que segue o movimento do centro para a periferia.

No contexto da década de 2000, o Partido dos Trabalhadores (PT) reúne capital político para chegar ao poder com a proposta de unir os interesses práticos de classes. A ideia



de conciliação entre capital e trabalho perdurou no discurso e, em certa medida, no direcionamento das ações práticas dos governos.

Desse modo, para Boito Jr. (2012) cria-se um pacto entre parcelas da burguesia nacional, representando uma ampla aliança dos setores da mineração, construção, agronegócio, a indústria de transformação, os grandes bancos privados e estatais. A real valorização dos salários, o aumento dos empregos, a estruturação de políticas de distribuição de renda, o aumento do crédito e o incentivo maciço do estado na área de infraestrutura desempenharam um papel fundamental para aquecer a economia e movimentar a roda do capital nesse período.

A aliança entre o público e o privado que historicamente sempre esteve presente no Brasil se fortaleceu. Nesse contexto, entraram em cena multinacionais que começaram a concorrer com o capital internacional. A construtora Odebrecht, por exemplo, figurava entre as empresas brasileiras que mais lucraram nesse lapso temporal.

A relativa estabilidade econômica interna nesse período fez com que os efeitos mais nefastos da crise econômica global de 2007-2008 fossem adiados para os anos seguintes. Sendo assim, no final dos anos do governo de Dilma Rousseff, sentia-se a mudança no espectro político e econômico nacional.

Os efeitos da crise financeira mundial findaram em uma grave recessão econômica, aumento do desemprego, rebaixamento de salários, gestando-se no seio social um sentimento coletivo de insatisfação política alimentado pela mídia.

As grandes manifestações de 2013 já expressavam esse clima nacional. A luta de classes estava claramente aberta e no jogo de forças políticas a direita e a extrema direita captaram o *Zeitgeist*⁴ da época e se projetaram no cenário político nacional.

Os episódios seguintes materializaram-se no *impeachment* da presidente e evidenciaram a desestruturação do pacto entre as elites com avanço dos ditames mais perversos do capital internacional. Várias pesquisas já apontavam o desfocamento da relativa estabilidade econômica brasileira e as consequências no mundo do trabalho.

As estratégias adotadas internamente para sair da recessão passam sobretudo pelo desmonte de políticas públicas, o subfinanciamento e o contingenciamento de recursos, além da desestruturação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

⁴ Termo em alemão, cujo significado remete ao “espírito do tempo”, a ideologia predominante em determinada época.



No gráfico 1, que corresponde a uma compilação de dados realizada pelo Instituto brasileiro de estatística e geografia (IBGE) entre o primeiro trimestre de 2012 e 2021, temos um panorama da taxa de desocupação da população brasileira.

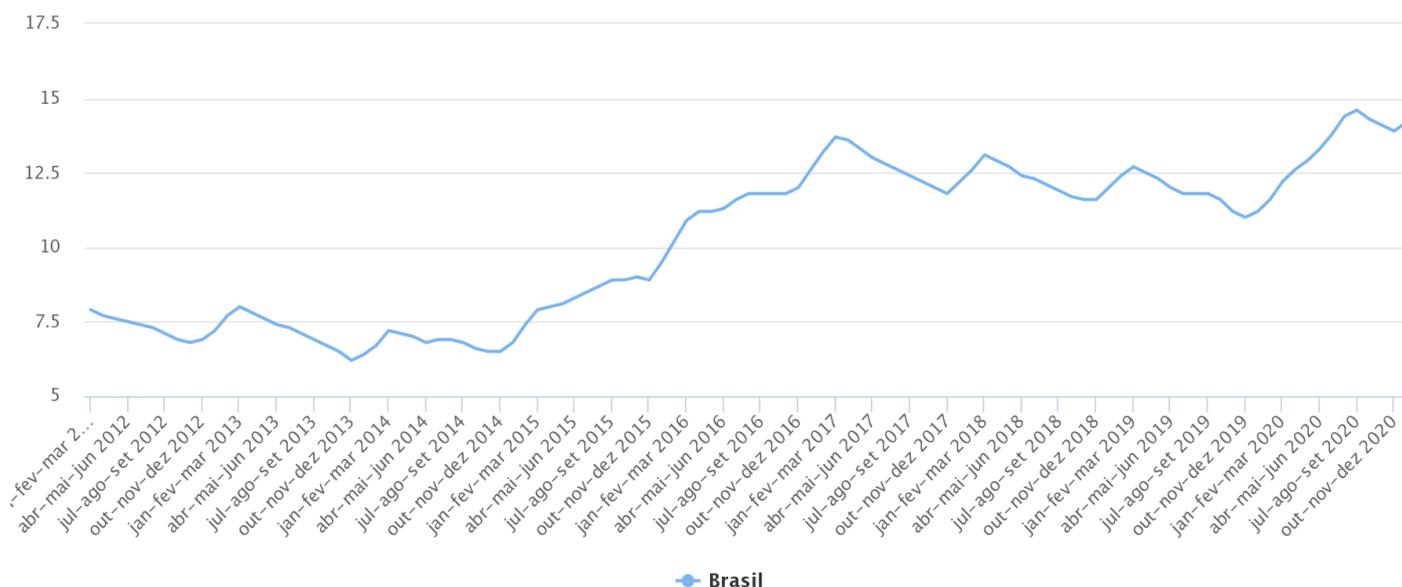
É possível observar a curva ascendente da desocupação a partir do ano de 2015, como fruto do processo turbulento de crise tardia do capital associado a uma instabilidade política própria do período.

O gráfico é apenas um exemplo, mas contém informações concisas sobre o aumento o desemprego no Brasil. As consequências associadas ao aumento do desemprego são inúmeras, entre elas estão a disparidade de renda e o aumento da desigualdade social.

É possível observar a curva ascendente da desocupação a partir do ano de 2015, como fruto do processo turbulento de crise tardia do capital associado a uma instabilidade política própria do período.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação no Brasil (2012 a 2021)

Taxa de desocupação, jan–fev–mar 2012 – nov–dez–jan 2021



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"

"1 – Para \"Situação da Variação em relação a três trimestres móveis anteriores (...)\", e \"Situação da Variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (...)\":

'Z' indica significância estatística considerando 95% de confiança;

'A' indica ausência de significância estatística considerando 95% de confiança.

2 – A partir de abril de 2016, um aspecto do conceito de desocupação foi alterado de forma a se adequar inteiramente à 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, realizada em outubro de 2013, sendo o questionário ajustado. Com a alteração desse aspecto, passam a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais, isto é, aqueles que conseguiram proposta para começar a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho. Anteriormente, eram considerados entre os desocupados todos aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência, independentemente do tempo em que iniciariam o trabalho que conseguiram."



Fonte: IBGE.

Elaboração: IBGE.

Assim, percebe-se que o trabalho se altera drasticamente na contemporaneidade seguindo a nova configuração do capital globalizado e se inserindo em um complexo de modificações na dinâmica territorial dos espaços. Existiram alterações significativas após a crise estrutural de 1970 que se intensificaram no contexto da crise das bolhas imobiliárias de 2007-2008.

Antunes (2019) trabalha com a ideia de que houve uma ampliação da “classe-que-vive-do-trabalho”, uma explosão do proletariado de serviços da era digital. A crise de 2007-2008 que atingiu o Brasil nos anos posteriores e provoca agitações econômicas e políticas, provoca a consolidação das formas de emprego gerenciadas por grandes plataformas, conglomerados capitalistas que instauram o trabalho intermitente e burlam as legislações. De modo que a escravidão do emprego digital se configura como extração direta de mais valia.

Fenômenos, como a regulamentação irrestrita da terceirização empresarial e do setor público, tornam-se cada vez mais comuns nas legislações vigentes, impactando diretamente na formação do perfil da classe trabalhadora brasileira.

Avançando para o ano de 2020, ele foi marcado no mural da história como emblemático para entender a dimensão do poder destrutivo do capital, agora capilarizado em todo o mundo. A pandemia causada pelo Corona vírus (covid-19) é em última instância consequência dessa sociedade. Diante do contexto de isolamento social, medidas de enfrentamento sanitário, lockdown, fica cada vez mais evidente as desigualdades socioespaciais.

Antunes (2020) comentando sobre as relações de trabalho no contexto da pandemia afirma que o capital a usa como laboratório das formas de trabalho precarizado na qual há a explosão do desemprego, dos trabalhos informais, trabalhos “uberizados”. Da condição de assalariados os trabalhadores se tornam agora uma massa prestadora de serviços para as grandes plataformas digitais. As experiências do laboratório vão sendo realizadas, e a ideia geral é que se tornem regra a partir da nova “normalidade”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em levantamento feito em setembro de 2020 por meio da PNAD Covid-19, versão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, aponta que em cinco meses (maio-setembro) mais de 4,1 milhões de



brasileiros ficaram desempregados diante da pandemia. No geral, estima-se que exista atualmente no Brasil cerca de 14 milhões de desempregados e 5 milhões de desalentos.

Para aqueles que se mantiveram nos empregos o novo normal é a modalidade *homeoffice*. O capital consegue trazer o mundo público do trabalho para casa, sem regras, sem horário, online e intermitente.

É possível concluir ao analisar a bibliografia referenciada e o gráfico exposto que os efeitos da crise financeira chegam ao Brasil em um contexto de profundas transformações internas com o avanço da direita reacionária. Ao passar por um processo de crise, o capital se reconfigura, reverberando fortemente no mundo do trabalho, aumentando o desemprego, a precarização e criando novas formas de extração de mais-valia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar como resultado geral dessa pesquisa que ao longo do tempo o capital se reconfigurou nos momentos de crise, alterando a configuração do trabalho e retirando direitos. No Brasil as consequências da crise de 2008 aparecem tardiamente e causaram turbulências sociais políticas e econômicas.

Esperamos que essa pesquisa possa ser utilizada pela comunidade científica, como forma de embasamento teórico e de análise das determinações do trabalho na contemporaneidade. Portanto, a partir do escopo produzido, buscamos compreender as particularidades da incidência das crises e inflexões no mundo do trabalho.

Entendemos ainda que é necessário acompanhar o movimento do objeto de estudo, atualizando-o ao longo do tempo, criando novas problemáticas e novos resultados. Assim, um determinado problema nunca se esgotará em possibilidades a serem exploradas, e cada nova pesquisa mostrará uma face da realidade.

Há a necessidade, portanto, de se desenvolver novas pesquisas, sobretudo em diálogo com outras áreas de conhecimento e com outros recortes de objetos. Por exemplo, sabemos que a incidência da precarização do trabalho não incide de forma homogênea na classe trabalhadora.

Em outras palavras, os indivíduos de uma sociedade irão sofrer e perceber essas transformações de modo diferenciado, conforme sua materialidade existencial, na qual elementos como classe social, gênero, raça, centro e periferia, urbano e rural, ideologia e faixa etária influenciarão nesse processo.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

BOITO JR. A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Paine1%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2020.

BOTELHO. Maurílio Lima. Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo. **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro: n. 18, p. 157-180, jan./jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17 ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

LESSA. Sérgio. **Mundo dos Homens: Trabalho e ser social**. 3º ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, K. **O Capital - Livro III – crítica da economia política: O processo global da produção capitalista**. Edição: Fredrich Engels. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZARÓS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (organizadora). DESLANDES. Suely Ferreira. GOMES. Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1996. n° 50, ano XVII, p. 87-132.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA. **Série Histórica**. 2021. Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>> Acesso em: Fev. 2021.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SILVEIRA, Daniel. Desemprego diante da pandemia bate recorde e atinge mais de 14 milhões de brasileiros, diz IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 16 de out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/16/mais-de-41-milhoes-de-brasileiros-ficaram-desempregados-diante-da-pandemia-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 de out. de 2020.